

Plano Operacional de Auditoria - SEAUD



2023



TRT - 10ª REGIÃO
Distrito Federal e Tocantins

SECRETARIA
DE AUDITORIA - SEAUD

Sumário

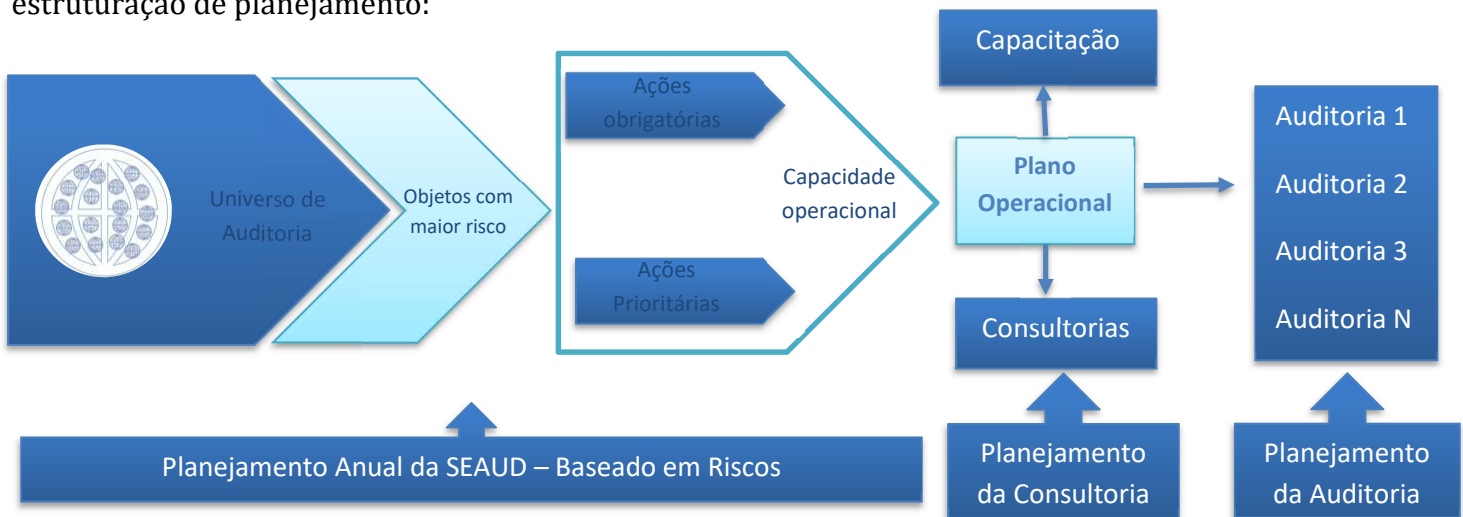
1. INTRODUÇÃO	3
2. PAA 2023.....	3
2.1 MENSURAÇÃO DAS HORAS DISPONÍVEIS DE TRABALHO NA UNIDADE	3
2.2. HORAS DESTINADAS ÀS ATIVIDADES DE CARÁTER OBRIGATÓRIO.....	4
2.3 ESTIMATIVA PARA AS AUDITORIAS, MONITORAMENTOS E CONSULTORIAS PLANEJADAS NO EXERCÍCIO DE 2023....	6
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO EM AUDITORIA INTERNA - PAC-Aud2023.....	6
4. CONCLUSÃO - DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES E HORAS DE TRABALHO EM 2023.....	7
Anexo I - PLANO ANUAL DE AUDITORIA - PAA 2023.....	8
Anexo II - PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC-AUD 2023.....	11

1. INTRODUÇÃO

Em consonância com as disposições do art. 74, da [Constituição Federal](#), e dos arts 31 a 38 e 69 a 73 da [Resolução nº 309 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#), esta Secretaria de Auditoria– SEAUD apresenta Plano Operacional 2023 contendo o Plano Anual de Auditoria do exercício de 2023 (PAA 2023), que tem por escopo a realização de auditorias e consultorias que englobarão as áreas administrativa, pessoal, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, bem como o Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud 2023), que tem como principal finalidade o planejamento da capacitação dos servidores da unidade nas competências técnicas e gerenciais necessárias ao cumprimento do PAA 2023.

2. PAA 2023

O Plano Anual de Auditoria do exercício de 2023 tem por base os objetos pontuados com o maior risco dentro do universo de auditoria estabelecido no [Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2022/2025](#), observada a capacidade operacional instalada da SEAUD e adicionadas às necessidades surgidas posteriormente, seja pela observação do risco pela própria área de auditoria, seja por solicitação da Administração ou órgãos de controle externo. O PAA 2023 segue a seguinte estruturação de planejamento:



2.1 MENSURAÇÃO DAS HORAS TOTAIS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2023

A previsão de horas a serem destinadas às ações de auditoria, consultoria, monitoramento para o ano de 2023 tomou como base a metodologia utilizada no item 9.1 do [Plano Operacional de 2022](#), adaptando-se as novas realidades vivenciadas no TRT10. Noutros termos, após computadas as horas despendidas com a gestão interna da unidade, com a carga necessária à capacitação dos servidores, com as atividades obrigatórias (previstas em Lei) e com uma reserva técnica para as demandas extraordinárias, buscou-se fazer a contagem das horas disponíveis de trabalho por servidor, para então estimar a quantidade de horas para as atividades de auditoria, monitoramento e consultoria.

Sendo assim, para o levantamento da quantidade de horas disponíveis, foi realizado o somatório das horas de trabalho individuais dos servidores lotados na SEAUD. O método de cálculo baseou-se nas mesmas estimativas do PAA 2022:

- Cada servidor dedica 6 horas diárias de trabalho para auditorias, monitoramentos e consultoria;
- Cada mês tem 22 dias úteis;

- Cada servidor goza de 18 dias de recesso forense por ano;
- Cada servidor goza de 30 dias de férias por ano;
- Cada servidor se afasta, por motivos de saúde e afins, 10 dias por ano; e.

Para a mensuração das horas por servidor, primeiramente, calcula-se a quantidade de dias úteis no ano por servidor:

$$\text{Total de dias úteis no ano} = (12 \text{ (meses)} \times 22 \text{ (dias/mês)}) - (18 \text{ (recesso forense)} + 30 \text{ (férias)} + 10 \text{ (afastamentos)})$$

$$\text{Total de dias úteis no ano} = \mathbf{206 \text{ dias}}$$

Por conseguinte, o cálculo das horas disponíveis de trabalho do servidor ficou da seguinte maneira:

$$\text{Total de horas úteis} = (6 \text{ (horas/dia)} \times 206 \text{ (dias/ano)})$$

$$\text{Total de horas por servidor} = \mathbf{1.236 \text{ horas/servidor}}$$

$$\text{Total de horas da unidade} = (1.236 \times 6 \text{ (nº de servidores)}) = 7.416 \text{ horas}$$

Nessa esteira, tendo em vista que a unidade de auditoria conta com 6 servidores, tem-se um total de **7.416** horas de trabalho previstas para a realização das atividades do PAA 2023. Ressalte-se que as equipes destacadas para as ações de auditoria, monitoramento e consultoria são, via de regra, compostas por 2 servidores, podendo, na hipótese de objeto mais denso, ter mais auditores designados.

Registre-se, ainda, que os trabalhos da unidade de auditoria deverão ser supervisionados pelo titular da unidade de auditoria interna. Logo, estima-se um total de **1.236 horas** para supervisão/gerência dos exames de auditoria.

2.2 HORAS DESTINADAS ÀS AÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIAS OBRIGATÓRIAS

Os demonstrativos a seguir apresentados é possível verificar a existência de várias ações a cargo desta Secretaria que ganham contornos de “ações de controle de caráter obrigatório” na medida em que previstas em diversas normas, oriundas de determinações dos Conselhos Nacional de Justiça e Superior da Justiça do Trabalho ou, ainda, impostas pelo Tribunal de Contas da União ou que devem compor as atividades inerentes à unidade de auditoria e controle do tribunal. Para tais ações, estima-se um total de 3.050 horas a serem despendidas no ano de 2023, conforme somatório das ações dos Quadros 2 e 3, a seguir:

Quadro 1. Ações de Controle e Auditorias de Caráter Obrigatório

Ação de Controle	Dispositivo Legal	Horas estimadas
Analisar e assinar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal.	Art. 54, parágrafo único, da Lei Complementar no 101/00 – LRF	50
Emitir parecer quanto à legalidade em processos de aposentadoria, pensões suas alterações, e ainda quanto a atos de admissão e desligamento.	Art. 7º, I a III, da Instrução Normativa TCU nº 55/07	200

Avaliar, emitir parecer, com opiniões de auditoria, sobre o processo de contas dos dirigentes e ordenadores de despesa e demais responsáveis do Tribunal	Art. 12, inciso I e art. 13, § 2º, da Instrução Normativa nº 84/2020 do TCU	150
Certificar a regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas dos dirigentes, ordenadores e demais responsáveis do órgão	Art. 12, inciso II, da Instrução Normativa nº 84/2020 do TCU	150
Acompanhar e controlar as diligências, as decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU no que concerne à gestão do Tribunal	Art. 49, IV, da Lei nº 8.443/92 c/c § 4º do art. 9º da IN nº 84/2020 do TCU	100
Emitir parecer e certificar a regularidade dos processos de Tomada de Contas Especial (TCE).	Art. 10, II e II, da Instrução Normativa TCU nº 71/12	50
Fiscalizar os atos praticados pela Administração do Programa de Assistência à Saúde – TRT Saúde 10.	Art. 144 da Resolução Administrativa nº 55/2021 - Regulamento do Programa de Assistência à Saúde – TRT Saúde 10	200
Monitorar a divulgação de dados e informações relativas às contas públicas pelo Tribunal, por meio da rede mundial de computadores, observados os parâmetros do Ranking da transparência.	Art. 20, do Ato CSJT.GP.SE 8/2009 e 0006876-91.2021.5.10.8000	300
elaborar e encaminhar relatório anual das atividades de auditoria interna realizadas no exercício anterior ao Tribunal Pleno até o fim de julho de cada ano, bem como publicá-lo em até 30 dias da aprovação Plenária.	Art. 30, inciso V e XI da Resolução CSJT 309/2021 e 309 DO CNJ	100
elaborar Plano Anual de Auditoria - PAA, preferencialmente baseado em risco, a ser submetido à aprovação da Presidência do órgão até 30 de novembro de cada ano	Art. 30, inciso VIII da Resolução CSJT 282/2021 e art. 32 da Resolução nº 309 DO CNJ	100
elaborar Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-Aud para desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor interno	Art. 30, inciso IX da Resolução CSJT 282/2021 e 69 da Resolução nº 309 DO CNJ	50

Auditar anualmente as ações e projetos com recursos do programa “Trabalho Seguro”.	Art. 7º do Ato CSJT no 14/12	300
Auditoria Financeira para Prestação de Contas do Exercício (2 fases)	Inciso III do art. 9º e do inciso II do art. 50 da Lei nº 8.443/1992, e art. 13 da IN - TCU n. 84/2020	680
Auditar a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.	Art. 23, da Resolução CSJT 124/2013	300
TOTAL		2730

Quadro 2. Ações de Auditoria Determinadas e Coordenadas Pelo Conselho Nacional de Justiça

TIPO	CONSELHO	OBJETO	HORAS ESTIMADAS
Coordenadas	CNJ	A definir *	200
Coordenadas	CNJ	A definir*	200
TOTAL			400

*CNJ já efetuou pesquisa junto aos Tribunais, mas ainda não definiu os objetos

Total das Ações de Controle e Auditorias Obrigatórias

$Q1 (2.730) + Q2 (400) = 3.130$ horas

2.3 HORAS DISPONÍVEIS PARA AS AUDITORIAS, MONITORAMENTOS E CONSULTORIAS PLANEJADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

Diante das estimativas acima indicadas o planejamento das auditorias, monitoramentos e consultorias deverão observar a disponibilidade abaixo demonstrada:

Total de Horas da Unidade – Horas comprometidas com ações obrigatórias – Horas para Capacitação =
Horas disponíveis para ações de auditorias, monitoramentos, consultorias planejadas

$7.416 - 3.130 - 540 = 3.746$ horas

3. PAC-AUD 2023

O capítulo 10 da [Resolução Nº 309 de 11/03/2020](#) (arts. 69 a 73) determina a regulamentação e o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação dos auditores, com a instituição de Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud) para todos os órgãos do Poder Judiciário. Assim, apresenta-se no Anexo II o PAC-Aud TRT10 para o ano de 2023.

O plano pressupõe a implementação de um processo contínuo de ações de capacitação voltadas à habilitação dos auditores internos integrantes da Secretaria de Auditoria - SEAUD, a fim de suprir

suas lacunas de competência e possibilitar o melhor desempenho de suas atividades dentro das ações determinadas no Plano Anual de Auditoria, Anexo I, para o exercício de 2023. Salientando-se que cada auditor deverá submeter-se, no mínimo, a 40 horas de capacitação, conforme recomendação contida no art. 72 da Resolução acima citada.

Para a elaboração do PAC-Aud, a SEAUD, valeu-se do levantamento das competências necessárias para o adequado desempenho das atribuições atuais e vindouras da Secretaria nos próximos anos e levou em conta 90 (noventa) horas de capacitação anual por servidor, contemplando a exigência mínima da Resolução 309/2020 do CNJ mais as horas necessárias para realizar a preparação a para os Planos Anual e de Longo Prazo de Auditoria, além da manutenção do AQ (Adicional de Qualificação).

4. CONCLUSÃO

A partir das estimativas acima indicadas, foram elaboradas as planilhas previstas no Anexo I e II que discriminam os objetos em relação aos quais deverão recair ações de auditoria, estabelecidas de acordo com obrigatoriedade a o ordem de prioridade elencada no [Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2022/2025, obedecida a distribuição abaixo indicada](#)

Quadro 3 – Distribuição das horas de trabalho da Unidade de Auditoria em 2023 (Estimativa)

Atividades	Quantitativo (em %)	Horas Estimadas
Auditorias obrigatórias	21,31	1380
Ações obrigatórias de Controle	27,64	2250
Auditorias internas planejadas	8,09	600
Monitoramentos	16,18	1200
Consultorias	19,5	1446
Participação em capacitações	7,28	540
Quantitativo %/Total de horas	100	7416

Diante de todo o exposto, submete-se à Presidência deste Tribunal o presente Plano Operacional, contemplando o Plano Anual de Auditoria do exercício de 2023 e o Plano Anual de Capacitação, conforme Anexos I e II, respectivamente, para apreciação e aprovação, em consonância com o inciso II, do § 1º, do art. 32, da [Resolução Nº 309 de 11/03/2020](#) do CNJ.

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Secretário de Auditoria

ANEXO I

Plano Anual de Auditoria – PAA 2023

Auditorias								
Nº	Descrição Sumária	Risco e Relevância	Classificação da Auditoria	Objetivo (s)	Escopo	Data	Equipe	Horas previstas para a ação
1	Auditoria Financeira Para Prestação De Contas Ao TCU Segunda Etapa 2022	<u>Risco:</u> Existência de distorções relevantes nos demonstrativos contábeis e financeiros <u>Relevância:</u> Requisito para a certificação das contas do exercício anterior	Auditoria Financeira Obrigatória	Atestar a conformidade dos demonstrativos contábeis e financeiros da 2ª Etapa do exercício de 2022, servindo de suporte às opiniões de auditoria e à certificação das contas	SIAFI, documentação aplicável e Processos Administrativos.	Janeiro a Março	2 Auditores	340 horas
2	Concessão de diárias e aquisição de passagens no Tribunal	<u>Risco:</u> Concessão de diárias e passagens em dissonância com as regras aplicáveis <u>Relevância:</u> Ação determinada no art. 23 da Resolução nº 124/2013 do CSJT	Auditoria de Conformidade Obrigatória	Apreciar a conformidade dos procedimentos e os controles com a concessão de diárias e passagens no TRT	Documentação, Processos e Controles existentes	Fevereiro a Maio	2 Auditores	300 horas
3	Aquisições e contratos – Migração para as novas regras da Lei nº 14.133/2021	<u>Risco:</u> Aquisições e contratações com a utilização de parâmetros e controles superados com a nova lei de licitações e contratações no serviço público <u>Relevância:</u> Processos essenciais para a execução das atividades do Tribunal	Auditoria Operacional e de Conformidade Planejada	Avaliar se as regras e controles instituídos com a nova Lei de Licitações estão sendo aplicadas a partir do exercício de 2023.	Processos administrativos relacionados aos procedimentos de aquisição e contratação realizados pelo Tribunal a partir do final do exercício de 2022	Julho a Setembro	2 Auditores	300 horas
4	Governança de TI - Aquisições e contratações de TIC de acordo com a resolução 468/2022 do CNJ	<u>Risco:</u> Fragilidades no Planejamento, gerando a aquisição excessiva de bens, obsolescência ou a renovação extemporânea de contratos <u>Relevância:</u> Valor significativo em relação aos bens e contratos do Tribunal.	Auditoria Operacional e Conformidade Planejada	Avaliar a aplicação das normas da espécie as boas práticas aplicáveis às aquisições e contratações de TI	Plano de contratações de TI, Processos SEI de aquisições e contratações de TI	Agosto a Novembro	2 Auditores	300 horas
5	Auditoria Financeira Para Prestação De Contas Ao TCU Primeira Etapa 2023	<u>Risco:</u> Existência de distorções relevantes nos demonstrativos contábeis e financeiros <u>Relevância:</u> Requisito para a certificação das contas do exercício	Auditoria Financeira Obrigatória	Conferir a conformidade dos demonstrativos contábeis e financeiros da 1ª Etapa ou fase preliminar da Auditoria nas Contas do Exercício de 2023, realizada antes do encerramento do exercício, e o seu objetivo é comunicar as distorções verificadas durante esta fase da auditoria, possibilitando eventuais ajustes.	SIAFI e documentação aplicável	Setembro a Dezembro	2 Auditores	340 horas
6	Coordenada CNJ	<u>A definir</u>	Coordenada CNJ Obrigatória	A definir	A definir	A definir	2 Auditores	200 horas
7	Coordenada CNJ	<u>A definir</u>	Coordenada CNJ Obrigatória	A definir	A definir	A definir	2 Auditores	200 horas
TOTAL								1980

AÇÕES DE MONITORAMENTO DE AUDITORIAS ANTERIORES

(Monitoramentos planejados supondo que todas as auditorias de 2022 sejam concluídas)

Nº	Ação	Objeto	Data	Equipe	Horas previstas para a ação
5	Gestão da Folha de Pagamento *	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	Março a Julho	2 Auditores	200 horas
2	Inspeção Física No Almoarifado	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	abril a Julho	2 Auditores	200 horas
3	Aplicações Do Plano De Saúde	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	Junho a agosto	2 Auditores	200 horas
4	Gestão da Cessão do Espaço Público	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	Junho a agosto	2 Auditores	200 horas
6	Gestão das Horas-Extras	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	Agosto a novembro	2 Auditores	200 horas
1	Gestão Do Teletrabalho	Atendimento ou não de recomendações em auditoria anterior	Agosto a novembro	2 Auditores	200 horas
TOTAL					1200

AÇÕES DE CONTROLE

Ação	Data	Horas previstas para a ação
Emissão do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT	Janeiro a março	100
Montagem, análise e assinatura e publicação do Relatório de Gestão Fiscal	Janeiro, maio e setembro	50
Crítica e lançamento no sistema e-pessoal dos atos de aposentadorias, pensões e admissões	Permanente	200
Acompanhar as diligências, decisões e acordões do Tribunal de Contas da União – TCU, CNJ e CSJT	Permanente	100
Confecção, aprovação e publicação do Plano Anual de Auditoria Interna e do Plano Anual de Capacitação de 2024, nos termos da Resolução nº 309/2020 do CNJ	Até novembro	150
Avaliar, emitir parecer com opiniões de auditoria e certificar as contas anuais dos Responsáveis pelo TRT	Janeiro a março	300
Reserva técnica para consultorias extraordinárias não previstas neste plano (art. 11, § 1º da Portaria da Presidência nº 103/2022), apoio ao TCU, CNJ e CSJT	Permanente	700
Gestão Interna, gestão de indicadores, participação em subcomitês e conselhos pareceres em TCE.	Permanente	650
TOTAL		2250

*Auditoria Realizada em 2021

CONSULTORIAS

Descrição Sumária	Objeto	Data	Equipe	Horas previstas para a ação
Consultoria sobre Políticas de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	Adoção das providências necessárias à observância das disposições contidas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)	Janeiro à Dezembro	2 Auditores	450
Consultoria sobre a avaliação e providências relativas à integridade no TRT, a partir dos dados do e-Prevenção	Implementação de instrumentos de controle para um melhor alinhamento às boas práticas para mitigar a possibilidade da ocorrência de fraude e corrupção neste Tribunal	Janeiro à Dezembro	2 Auditores	450
Avaliação dos requisitos da transparência	Monitorar a completude e correção na divulgação de dados e informações publicadas no site do Tribunal de acordo com as normas dos órgãos de controle externo	Julho a agosto	2 Auditores	200
Fiscalização do Programa de Assistência à Saúde – TRT 10	Apoiar o Conselho de Saúde não controle das aplicações, aprovação das despesas e prestação de contas do Plano de Saúde	Permanente	1 Auditor	126
Apoio na análise e estratégia em relação à eventual recursos em face decisões oriundas do Tribunal de Contas da União	Avaliar o cabimento, prazos e, eventualmente, apresentar minuta de recurso no apoio à Administração em decisões do Tribunal de Contas da União contra atos do TRT	Permanente	1 Auditor	120

Avaliação e apoio no Levantamento de Governança e Gestão Pública	Acompanhar o Índice de Governança e Gestão Pública, medido pelo Tribunal de Contas da União, alertando às unidades responsáveis pela atividade, quando cabível, sobre a necessidade de aprimoramento.	Julho	2 Auditores	100
TOTAL				1446

Indicadores/Metas para as Auditorias e Ações de Controle - 2023	
Indicador	Meta
Índice de cumprimento das ações previstas no PAA 2023	80% das ações do PAA 2023
Índice de cumprimento do cronograma do PAA 2023	70% do cronograma do PAA 2023

ANEXO II

Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud)				
Nº	NOME DO CURSO	Organizadora	CARGA HORÁRIA	Nº DE SERVIDORES
1	Auditoria de Governança e Gestão de TIC – COBIT e COSO	Escola Superior de Redes Home • Escola Superior de Redes (rnp.br)	16 horas	2
2	Consultoria em Auditoria	3R Capacita https://3rcapacita.com.br/	20 horas	2
3	Fundamentos da Integridade Pública: prevenindo a corrupção	ENAP https://www.escolavirtual.gov.br/	25 horas	2
4	Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	ENAP https://www.escolavirtual.gov.br/	15 horas	2
5	Compras sustentáveis e a nova lei de licitações	ENAP https://www.escolavirtual.gov.br/	25 horas	2
6	Auditoria e Análise Documental na Fiscalização de Contratos Terceirizados	IDEMP https://idemp-edu.com.br/	16 horas	2
7	Auditoria Interna no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 - Teoria e Prática	IBGP https://ibgp.net.br/	16 horas	2
8	Análise de Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público	ENAP https://www.escolavirtual.gov.br/	14 horas	3
9	Auditoria das Demonstrações Financeiras	FGV Brasília FGV Educação Executiva	30 horas	3